Prezado Pregoeiro, bom dia.

Em nome da **“Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos”**, inscrita sob o CNPJ 01.645.738/0002-50, pergunta-se:

Em cumprimento aos ditames do Edital PROCESSO LICITATÓRIO **Nº 21/2021 (08006.000003/2021-38)** cujo objeto é “ **a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, através da seleção de empresa especializada, para o fornecimento de Serviço de Centro de Operações de Segurança (Security Operations Center - SOC)com funcionamento e suporte 24h por dia e 7 dias por semana, Serviço de tratamento e resposta aos incidentes cibernéticos - CSIRT - Blue Team e Serviço de teste de invasão - Red Team e garantia dos serviços pelo período de 24(vinte e quatro) meses, renováveis até o limite de 60 (sessenta) meses, para o atendimento das necessidades da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**. “, vem por meio deste, questionar o que segue:

*1) Considerando que:*

*a) O item elucida que “4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível como objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018. “;*

*b) O art. 30, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93 estabelece que os atestados de capacitação técnico-operacional podem ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, sem vedações expressas, previsão esta repetida no item 4.2.4 do Edital;*

*c) diante da falta de vedação expressa do Edital e da Lei em relação à apresentação de atestados emitidos em nome da controladora da LICITANTE, deve ser prestigiado o princípio da ampla competitividade, em consonância com a parte final do inciso XXI, da Constituição Federal, segundo a qual somente serão permitidas em procedimentos licitatórios “exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”;*

*d) entende a melhor doutrina em Direito Administrativo que “Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter ‘competitivo’ da licitação”. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 79);*

*e) a LICITANTE, na condição de subsidiária que exerce as mesmas atividades que a controladora, compartilha com esta gestão em comum, metodologia de gestão de projetos, expertise e recursos;*

*f) havendo dúvidas ou entendendo a Comissão Permanente de Licitações a necessidade de esclarecimentos com relação aos atestados apresentados e a capacidade das licitantes executarem os serviços ora licitados, poderá, a teor do art. 43, § 3° da Lei Federal n° 8.666/93, promover “diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo”;*

**Entendemos que, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional das licitantes, é permitida a apresentação de atestados emitidos em nome de suas respectivas controladoras. Está correto o nosso entendimento?**